

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC
Rodeio Bonito - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 22 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

O exercício de 2016, ano em que a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC completou 35 anos de sua fundação, ficou marcado pela reafirmação do compromisso de entregar sua missão aos associados e sociedade onde atua.

Alicerçada na aplicação das boas práticas de governança, gestão e do cumprimento da missão, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC, visando assegurar o crescimento, expansão e sustentabilidade do empreendimento, além do enfrentamento das incertezas política, econômica e institucional do país, se propôs a um novo reposicionamento frente ao mercado. Com uma visão estratégica inspiradora a Cooperativa buscou a elaboração do planejamento de longo prazo, que conta com o apoio de uma consultoria especializada, propondo-se a apresentar uma proposta de valor diferenciada e aderente a essência do “ser cooperativa”, contemplada no modelo comercial que prima em oferecer produtos e serviços de qualidade, com pronto atendimento as necessidades dos associados. A busca constante na otimização de indicadores de eficiência, desenvolvimento e compliance nortearam a revisão dos processos internos, assim como a definição clara de papéis, responsabilidades e resultados esperados que contribuirão para a evolução da cultura organizacional e melhoria da performance institucional, derivando em ganhos de eficácia em todos os níveis da operação.

A história tem confirmado que “Cooperar é Crescer” e neste sentido, muitas foram as ações desenvolvidas através dos programas sociais, onde ressaltamos o Programa Propriedade Sustentável e a prática de intercooperação desenvolvida com a CoperAmetista, iniciativas estas, que foram publicadas na Plataforma de Boas Práticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em maio de 2016, reconhecendo o trabalho de orientação para a sustentabilidade das propriedades rurais nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Outra ação que marcou a história da Cooperativa, considerando o seu bom desempenho econômico financeiro, pela primeira vez, distribuiu na conta corrente dos seus associados a correção do capital a uma taxa de 7%aa (ano ano), conforme Deliberação do Conselho de Administração e previsão legal na Lei 5.764/1971 e Lei Complementar 130/2009.

Com o desejo de continuar contando com a participação e dedicação de cada associado, seguindo no caminho do crescimento, superando os desafios que se apresentam e construindo uma cooperativa cada vez mais sólida, agradecemos aos colaboradores, conselheiros e todo o quadro social que, através de seu trabalho e participação, contribuíram na consolidação dos resultados alcançados pela Cooperativa.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	661.210	544.149	CIRCULANTE	262.932	217.211
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.975	6.727	DEPÓSITOS (NOTA 11)	96.845	81.510
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	295.659	251.035	Depósitos à Vista	64.106	51.286
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6	2	Depósitos Interfinanceiros	-	206
Depósitos no Banco Central	88	-	Depósitos a Prazo	32.739	30.018
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	93	1.020	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	132.836	100.208
Correspondentes no país	210	353	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	3
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	295.262	249.660	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	132.835	100.205
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	342.257	269.994	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.160	3.750
Operações de Crédito	358.802	283.361	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.160	3.750
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.545)	(13.367)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	8.080	9.689
OUTROS CRÉDITOS	15.905	14.269	Empréstimos País - Outras Instituições	8.080	9.689
Créditos por Avalis e Fianças Honrados	231	42	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.011	22.054
Rendas a Receber	1.618	2.228	Cobrança e Arrecadação de Tributos	120	85
Créditos Específicos	299	262	Sociais e Estatutárias	2.097	1.548
Diversos (NOTA 07)	14.319	12.172	Fiscais e Previdenciárias	1.349	1.212
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(562)	(435)	Diversas (NOTA 14)	20.445	19.209
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.414	2.124			
Outros Valores e Bens	1.386	2.059			
Despesas Antecipadas	28	65			
NÃO CIRCULANTE	150.658	138.948	NÃO CIRCULANTE	381.906	321.720
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	112.730	103.693	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	381.906	321.720
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.966	795	DEPÓSITOS (NOTA 11)	376.883	316.161
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.966	795	Depósitos a Prazo	376.883	316.161
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	110.348	102.391	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	5.023	5.559
Operações de Crédito	122.746	112.746	Repasse Interfinanceiros	5.023	5.559
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.398)	(10.355)			
OUTROS CRÉDITOS	416	507			
Diversos (NOTA 07)	429	507			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(13)	-			
PERMANENTE	37.928	35.255	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.030	144.166
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	21.715	20.611	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	71.564	67.086
Outros Investimentos	21.715	20.611	De Domiciliados no País	71.585	67.096
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	9.967	9.182	(Capital a Realizar)	(21)	(10)
Imóveis de Uso	3.692	3.656	RESERVAS DE SOBRAS	84.684	67.685
Outras Imobilizações de Uso	15.214	13.903	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	10.782	9.395
(Depreciação acumulada)	(8.939)	(8.377)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.246	5.462			
Outros Ativos Intangíveis	11.033	9.284			
(Amortização acumulada)	(4.787)	(3.822)			
TOTAL DO ATIVO	811.868	683.097	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	811.868	683.097

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.592	1	52.593	98.610	1	98.611	85.078	-	85.078
Operações de Crédito	52.362	1	52.363	98.153	1	98.154	84.854	-	84.854
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	225	-	225	346	-	346	98	-	98
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	113	-	113	126	-	126
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(36.924)	(276)	(37.200)	(68.897)	(431)	(69.328)	(54.530)	(375)	(54.905)
Operações de Captação no Mercado	(24.054)	(20)	(24.074)	(45.922)	(33)	(45.955)	(36.150)	(33)	(36.183)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.165)	(256)	(4.421)	(7.546)	(398)	(7.944)	(5.328)	(342)	(5.670)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.705)	-	(8.705)	(15.429)	-	(15.429)	(13.052)	-	(13.052)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.668	(275)	15.393	29.713	(430)	29.283	30.548	(375)	30.173
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.002)	2.465	(537)	(4.074)	4.471	397	(9.297)	5.604	(3.693)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.178	4.431	8.609	8.001	8.085	16.086	6.924	6.474	13.398
Rendas de Tarifas Bancárias	3.101	-	3.101	6.175	-	6.175	4.281	-	4.281
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.484)	(961)	(16.445)	(29.166)	(1.538)	(30.704)	(25.060)	(1.575)	(26.635)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.662)	(950)	(10.612)	(18.476)	(1.697)	(20.173)	(15.425)	(1.704)	(17.129)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(113)	(205)	(318)	(158)	(371)	(529)	(78)	(296)	(374)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	23.594	438	24.032	43.643	467	44.110	32.292	3.253	35.545
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(8.616)	(288)	(8.904)	(14.093)	(475)	(14.568)	(12.231)	(548)	(12.779)
RESULTADO OPERACIONAL	12.666	2.190	14.856	25.639	4.041	29.680	21.251	5.229	26.480
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10	8	18	53	9	62	(82)	(2)	(84)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.676	2.198	14.874	25.692	4.050	29.742	21.169	5.227	26.396
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	707	707	-	-	-	-	(303)	(303)
Provisão para Imposto de Renda	-	415	415	-	-	-	-	(178)	(178)
Provisão para Contribuição Social	-	292	292	-	-	-	-	(125)	(125)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.676	2.905	15.581	25.692	4.050	29.742	21.169	4.924	26.093
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.050	(4.050)	-	4.924	(4.924)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.676	2.905	15.581	29.742	-	29.742	26.093	-	26.093
DESTINAÇÕES	-	-	-	(18.960)	-	(18.960)	(16.698)	-	(16.698)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.939)	-	(4.939)	(3.749)	-	(3.749)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.198)	-	(1.198)	(1.044)	-	(1.044)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(11.980)	-	(11.980)	(10.438)	-	(10.438)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(843)	-	(843)	(1.467)	-	(1.467)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	10.782	-	10.782	9.395	-	9.395

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	59.416	51.375	7.929	118.720
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.455	-	(3.455)	-
Destinações para reservas	-	4.405	(4.405)	-
Outras destinações	-	-	(69)	(69)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.564	-	-	2.564
Baixas de capital	(2.050)	-	-	(2.050)
Resultado do período	-	-	26.093	26.093
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.044)	(1.044)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.438	(10.438)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.701	-	(3.749)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.467	(1.467)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	67.086	67.685	9.395	144.166
Mutações do Período	7.670	16.310	1.466	25.446
Saldos no início do período em 01/01/2016	67.086	67.685	9.395	144.166
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.766	-	(4.766)	-
Destinações para reservas	-	4.176	(4.176)	-
Outras destinações	-	-	(453)	(453)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.120	-	-	2.120
Baixas de capital	(2.408)	-	-	(2.408)
Resultado do período	-	-	29.742	29.742
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.980	(11.980)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(4.939)	(4.939)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	843	(843)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	71.564	84.684	10.782	167.030
Mutações do Período	4.478	16.999	1.387	22.864
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	71.706	71.861	14.161	157.728
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.239	-	-	1.239
Baixas de capital	(1.381)	-	-	(1.381)
Resultado do período	-	-	15.581	15.581
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.980	(11.980)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(4.939)	(4.939)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	843	(843)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	71.564	84.684	10.782	167.030
Mutações do Período	(142)	12.823	(3.379)	9.302

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.569	37.099	33.005
Resultado do semestre/exercício	15.581	29.742	26.093
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.988	7.357	6.912
Provisão para operações de crédito	2.890	5.220	5.363
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(78)	141	137
Depreciação do imobilizado de uso	864	1.621	1.462
Amortização do intangível	523	965	832
Baixas do ativo permanente	313	318	33
Provisão para passivos contingentes	116	44	514
Destinações ao FATES	(1.198)	(1.198)	(1.044)
Dividendos SicrediPar	(442)	246	(385)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	19.477	19.010	37.391
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.836	(1.172)	4.585
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.359	(4)	8
Redução em créditos vinculados	3	839	903
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	57	143	(104)
(Aumento) em operações de crédito	(106.067)	(85.441)	(26.702)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	68.283	32.093	5.618
(Aumento) Redução em outros créditos	1.482	(1.930)	(4.686)
Redução em outros valores e bens	486	710	82
Aumento em depósitos	49.678	76.057	50.577
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(2.772)	(2.590)	3.013
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.286)	(1.609)	949
Absorção de dispêndios pelo FATES	(697)	(1.461)	(881)
Aumento em outras obrigações	4.115	3.375	4.029
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	38.046	56.109	70.386
Aquisição de Investimentos	-	(1.104)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.637)	(2.726)	(1.735)
Aplicações no Intangível	(336)	(1.749)	(2.405)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.973)	(5.579)	(4.140)
Integralização de capital	1.239	2.120	2.564
Baixa de capital	(1.381)	(2.408)	(2.050)
Juros ao capital próprio	(4.939)	(4.939)	(48)
Distribuição de Sobras	-	(453)	(69)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.081)	(5.680)	397
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	30.992	44.850	66.653
Caixa e equivalente de caixa no início do período	270.245	256.387	189.734
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	301.237	301.237	256.387

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 18/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	544.270	(121)	544.149
OUTROS CRÉDITOS	14.390	(121)	14.269
Diversos	12.293	(121)	12.172
Ativo Não circulante	138.827	121	138.948
OUTROS CRÉDITOS	386	121	507
Diversos	386	121	507
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.693)	-	(3.693)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	13.633	(235)	13.398
Rendas de Tarifas Bancárias	4.046	235	4.281

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	32.806	4.585	37.391
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	65.811	4.585	70.386
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	445	(4.585)	(4.140)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	5.975	6.727
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	295.262	249.660
Total	301.237	256.387

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.966	795
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.966	795
Total realizável a longo prazo	1.966	795

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	190.595	86.476	277.071	228.729
Financiamentos	27.877	30.177	58.054	58.388
Financiamentos rurais e agroindustriais	140.330	6.093	146.423	108.990
Carteira total	358.802	122.746	481.548	396.107

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	231	-	231	42
Devedores por compra de valores e bens	251	428	679	608
Títulos e créditos a receber (i)	8.231	1	8.232	5.497
Total	8.713	429	9.142	6.147

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	199.506	165.984	998	830
Nível B	1,00	119.933	98.158	1.199	982
Nível C	3,00	111.883	83.132	3.356	2.494
Nível D	10,00	24.064	26.109	2.406	2.611
Nível E	30,00	13.231	11.603	3.969	3.481
Nível F	50,00	7.160	6.304	3.580	3.152
Nível G	70,00	4.008	2.072	2.806	1.450
Nível H	100,00	10.905	8.892	10.905	8.892
Total (i)		490.690	402.254	29.219	23.892

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 299 (2015 - R\$ 265).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.967	39.421	64.468	67.339	174.195	153.203
Rural	193	40.582	99.555	6.093	146.423	108.990
Industrial	156	18.717	21.815	14.399	55.087	42.230
Comércio	1.136	25.163	27.628	19.273	73.200	60.088
Outros Serviços	712	9.323	15.679	16.071	41.785	37.743
Total	5.164	133.206	229.145	123.175	490.690	402.254

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	61.857	12,61	36.646	9,11
50 devedores seguintes	83.183	16,95	52.496	13,05
100 devedores seguintes	48.526	9,89	37.650	9,36
Demais	297.124	60,55	275.462	68,48
Total	490.690	100	402.254	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	24.157	18.657
Constituição de provisão	15.429	13.052
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.068)	(7.552)
Saldo final	29.518	24.157

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.915 (2015 - R\$ 2.481), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.288 (2015 - R\$ 10.886).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	125	132
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.060	2.401
Devedores por compra de valores e bens	251	222
Devedores por depósitos em garantia	913	263
Impostos e contribuições a compensar	440	165
Títulos e créditos a receber	8.231	5.497
Valores honrados	19	90
Cotas de consórcio	457	280
Operações com cartões	55	27
Pendências a regularizar	12	36
Outros	756	3.059
Total Circulante	14.319	12.172

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	121
Devedores por compra de valores e bens	428	386
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	429	507

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	1.386	2.059
Imóveis	1.304	2.008
Veículos e afins	82	51
Despesas antecipadas	28	65
Total Circulante	1.414	2.124

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	11.988	11.701
Sicredi Participações S.A.	9.726	8.909
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	21.715	20.611

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.153.874 ON	2.888.826 ON	1	1	11.988.055	11.700.920
	6.572.059 PN	6.019.875 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,12%	1,11%	0,63%	0,72%	3,41%	3,42%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	9.726	8.909	1	1	11.988	11.701

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.906	(8.939)	9.967	9.182
Imobilizações em curso	-	1.146	-	1.146	936
Terrenos	-	454	-	454	454
Edificações	4%	3.239	(875)	2.364	2.455
Instalações	10%	2.731	(1.072)	1.659	1.628
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.629	(3.136)	1.493	1.479
Sistema de comunicação	10%	249	(111)	138	104
Sistema de processamento de dados	20%	4.002	(2.363)	1.639	1.051
Sistema de segurança	10%	966	(514)	452	345
Sistema de transporte	20%	1.490	(868)	622	730
Intangível (i)	5% a 15%	11.033	(4.787)	6.246	5.462
Investimentos Confederação		11.033	(4.787)	6.246	5.462
Total		29.939	(13.726)	16.213	14.644

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	64.106	-	-	64.106	51.286
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	206
Depósitos a prazo	18.686	14.053	376.883	409.622	346.179
Total	82.792	14.053	376.883	473.728	397.671

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	132.835	100.205
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	132.835	100.205
Total circulante	132.835	100.205
Recursos do Crédito Rural	5.023	5.559
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.023	5.559
Total exigível a longo prazo	5.023	5.559

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 12/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	8.080	9.689
Cooperativa Central Sicredi Sul	8.080	9.689
Total circulante	8.080	9.689

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	-	1.849
Obrigações por convênios oficiais	9	7
Provisão para pagamentos a efetuar	6.435	5.479
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.334	1.290
Provisão para coobrigações (i)	2.649	2.380
Pendências a regularizar	24	32
Operações com cartões	7.843	5.296
Demais fornecedores	686	594
Credores diversos	1.465	2.282
Total circulante	20.445	19.209

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	1.225	-	(52)	1.173
Cível	65	140	(44)	161
Total	1.290	140	(96)	1.334

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	1.173	1.225
Cível	Provável	161	65
Total		1.334	1.290

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 334 e R\$ 235 (2015 - R\$ 299 e R\$ 305), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	71.564	67.086
Total de associados	64.169	62.041

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.478 (2015 – R\$7.670), sendo R\$ 4.766 (2015 – R\$ 7.156) via integralização de resultados e R\$ 2.120 (2015 – R\$ 2.564), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.408 (2015 – R\$ 2.050).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Corrente, no montante de R\$ 4.939, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	29.742	26.396
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.492)	(11.086)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	11
Provisão resgate milhas cartão	7	38
Provisão de PPR	6	15
Receita com atos cooperativos	10.791	8.468
Juros sobre o capital próprio	2.074	1.500
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	484
Outros	(386)	267
Subtotal	12.492	10.783
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(303)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.966	795
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	295.262	249.660
Outros Créditos - Rendas a receber	996	1.359
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.149	2.633
Investimentos (Nota 09)	21.715	20.611
Intangível (Nota 10)	6.246	5.462
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	206
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	137.858	105.764
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	8.080	9.689
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.719	5.532
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	347	98
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	4.950	82
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	37.708	28.846
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	12	6
Operações de Empréstimos e Repasses	7.944	5.670
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	751	661
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	8.329	8.434

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	195	0,30%	87
Depósitos a prazo	3.037	0,74%	2.114
Operações de crédito	542	0,11%	422

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.293	1.942

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 20.173 (2015 - R\$ 17.129), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.923	1.731
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	35.890	26.839
Reversão de provisões operacionais	4.320	2.793
Outras rendas operacionais	1.977	4.182
Total	44.110	35.545

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	745	812
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	280	429
Contribuição Confederação Sicredi	5.931	6.041
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.253	972
Contribuição Sureg	-	256
Encargos da administração financeira	203	165
Repasse Administradora de Cartões	586	488
Outras provisões operacionais	4.090	1.571
Outras despesas operacionais	1.387	1.961
Total	14.568	12.779

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	138.763	125.631
Coobrigações em cessões de crédito	23	26
Total	138.786	125.657

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	164.215	142.811
Capital principal - CP	164.215	142.811
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	84.683	67.685
Lucros acumulados	10.782	9.395
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.814	1.354
Total do capital qualificado	164.215	142.811
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	68.666	60.455
Índice sobre o PR considerando a RBAN	25,34%	26,34%
Situação para o limite de imobilização	13.400	13.290
Índice de imobilização (limite 50%)	8,16%	9,31%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Jaques Samuel dos Santos
Diretor Executivo
CPF: 614.340.430-53

Angelita Marisa Cadona
Diretora de Operações
CPF: 647.721.280-34

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72